

NBR - ISO 14010 - DIRETRIZES PARA AUDITORIA AMBIENTAL - PRINCÍPIOS GERAIS

Sumário

1. Objetivo e campo de aplicação	2
2. Definições	2
2.1. conclusão de auditoria	2
2.2. critérios de auditoria	2
2.3. evidência de auditoria	2
2.4. constatação de auditoria	3
2.5. equipe de auditoria	3
2.6. auditado	3
2.7. auditor ambiental	3
2.8. cliente	3
2.9. auditoria ambiental	3
2.10. auditor-líder ambiental	4
2.11. organização	4
2.12. objeto auditado	4
2.13. especialista técnico	4
3. Requisitos para uma auditoria ambiental	4
4. Princípios gerais	4
4.1. Objetivos e escopo	4
4.2. Objetividade, independência e competência	5
4.3. Profissionalismo	5
4.4. Procedimentos sistemáticos	5
4.5. Critérios, evidências e constatações de auditoria	5
4.6. Confiabilidade das constatações e conclusões de auditoria	6
4.7. Relatório de auditoria	6

Prefácio

A ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - é o Fórum Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte; produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios, outros).

Os Projetos de Norma Brasileira, elaborados no âmbito dos CB e NOS, circulam para Votação Nacional entre os associados da ABNT e demais interessados.

Esta Norma foi elaborada pelo GT-02- Auditoria de Sistemas de Gestão Ambiental, formados por especialistas brasileiros representantes dos setores envolvidos, do CSM-16-Gestão Ambiental.

O anexo A desta Norma é informativo.

Introdução

A auditoria ambiental afirmou-se como um valioso instrumento para verificar e ajudar a aprimorar o desempenho ambiental.

Esta Norma pretende orientar organizações, auditores e seus clientes sobre os princípios gerais comuns à execução de auditorias ambientais. Ela estabelece as definições de auditoria ambiental e os termos relacionados, bem como os princípios gerais de auditoria ambiental.

Esta norma faz parte de uma série de normas no campo de auditoria ambiental, que também inclui

NBR ISO 14011: 1996 - Diretrizes para auditoria ambiental - procedimentos de auditoria - Auditoria de sistemas de gestão ambiental.

NBR ISO 14012: 1996 - Diretrizes para auditoria ambiental - Critérios de qualificação para auditores ambientais.

Outras Normas desta série poderão ser preparadas no futuro.

1. Objetivo e campo de aplicação

Esta Norma estabelece os princípios gerais de auditoria ambiental aplicáveis a todos os tipos de auditorias ambientais. É recomendado que qualquer atividade definida como uma auditoria ambiental de acordo com esta Norma satisfaça às recomendações nela constantes.

2. Definições

Para os efeitos desta Norma, aplicam-se as seguintes definições.

NOTA - Os termos e definições no campo de gestão ambiental são dados na ISO 14050.

2.1. conclusão de auditoria

julgamento ou parecer profissional expresso por um auditor sobre o objeto da auditoria, baseado e limitado à apreciação que o auditor faz das constatações da auditoria.

2.2. critérios de auditoria

políticas, práticas, procedimentos ou requisitos em relação aos quais o auditor compara as evidências coletadas sobre o objeto da auditoria.

NOTA - Os requisitos podem incluir, mas não estão limitados a normas, diretrizes, exigências especificadas pela organização e disposições legais ou regulamentares.

2.3. evidência de auditoria

informações verificáveis, registros ou declarações

NOTAS

1 A evidência de auditoria, que pode ser qualitativa ou quantitativa, permite ao auditor determinar se os critérios de auditoria são atendidos.

2 A evidência de auditoria é normalmente baseada em entrevistas, exame de documentos, observações das atividades e condições, resultados de medições e ensaios ou outros meios dentro do escopo da auditoria.

2.4. constatação de auditoria

resultados da avaliação das evidências da auditoria coletadas, comparadas com os critérios de auditoria acordados

NOTA - Estas constatações servem de base para o relatório de auditoria.

2.5. equipe de auditoria

grupo de auditores, ou um único auditor, designado para realizar determinada auditoria: a equipe de auditoria pode também incluir especialistas técnicos e auditores em treinamento.

NOTA - Um dos auditores da equipe de auditoria desempenha a função de auditor-líder.

2.6. auditado

organização que está sendo auditada

2.7. auditor ambiental

pessoa qualificada para executar auditorias ambientais

NOTA - Os critérios de qualificação de auditores ambientais são dados, por exemplo, na NBR ISO 14012.

2.8. cliente

organização que solicita a auditoria

Nota - O cliente pode ser o auditado ou qualquer outra organização que tenha direito contratual ou regulamentar de solicitar uma auditoria.

2.9. auditoria ambiental

processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências de auditoria para determinar se as atividades, eventos, sistemas de gestão e condições ambientais especificados ou as informações relacionadas a estes estão em conformidade com os critérios de auditoria, e para comunicar os resultados deste processo ao cliente.

2.10. auditor-líder ambiental

peessoa qualificada para gerenciar e executar auditoria ambientais

NOTA - Os critérios de qualificação de auditores-líderes ambientais são dados, por exemplo, na NBR ISO 14012.

2.11. Organização

companhia, corporação, firma, empresa ou instituição, ou parte ou combinação destas, pública ou privada, sociedade anônima, limitada ou com outra forma estatutária, que tem funções e estrutura administrativa próprias.

NOTA - Conforme NBR ISO 14001: 1996

2.12. objeto auditado

atividade, evento, sistema de gestão e condição ambientais especificados e/ou informações relacionadas a estes.

2.13. especialista técnico

peessoa que provê conhecimentos ou habilidade específicas à equipe de auditoria, mas que não participa como um auditor.

3. Requisitos para uma auditoria ambiental

É recomendado que uma auditoria ambiental enfoque um objeto claramente definido e documentado. Convém que a(s) parte(s) responsável(eis) por tal objeto também seja (m) claramente definida (s) e documentada (s).

É recomendado que a auditoria só se realize se, após consulta ao cliente, o auditor-líder estiver convencido de que

- existem informações suficientes e apropriadas sobre o objeto da auditoria;
- existem recursos adequados para apoiar o processo de auditoria;
- existe cooperação adequada por parte do auditado.

4. Princípios gerais

4.1. Objetivos e escopo

É recomendado que a auditoria seja baseada em objetivos definidos pelo cliente. Para atender a estes objetivos, o escopo é determinado pelo auditor-líder mediante consulta ao cliente. O escopo descreve a extensão e os limites da auditoria.

É recomendado que os objetivos e o escopo sejam comunicados ao auditado antes da auditoria.

4.2. Objetividade, independência e competência

Para garantir a objetividade do processo de auditoria, suas constatações e quaisquer conclusões, é recomendado que os membros da equipe de auditoria sejam independentes das atividades por eles auditadas. É recomendado que eles sejam objetivos e livres de preconceitos e de conflitos de interesse durante todo o processo.

A utilização de auditores internos ou externos para compor a equipe de auditoria fica a critério do cliente. É recomendado que um auditor escolhido da própria organização não esteja vinculado àqueles diretamente responsáveis pelo objeto da auditoria.

É recomendado que os membros da equipe de auditoria possuam uma combinação apropriada de conhecimentos, habilidades e experiências condizentes com as responsabilidades da auditoria.

4.3. Profissionalismo

É recomendado que na execução de uma auditoria ambiental, os auditores demonstrem o devido zelo profissional, diligência, habilidade e julgamento, como esperado de qualquer auditor em circunstâncias semelhantes.

É recomendado que as relações entre os auditores e o cliente sejam caracterizadas por confidencialidade e discrição. Salvo quando exigido por lei, é recomendado que os membros da equipe de auditoria não revelem informações ou documentos obtidos durante a auditoria, nem divulguem o relatório final a terceiros, sem a expressa autorização do cliente e, conforme o caso, sem a autorização do auditado.

É recomendado que o auditor siga os procedimentos que contribuam para a garantia da qualidade.

4.4. Procedimentos sistemáticos

É recomendado que a auditoria ambiental seja conduzida em conformidade com estes princípios gerais e com quaisquer diretrizes desenvolvidas para o tipo apropriado de auditoria ambiental.

Nota - As diretrizes para realização de auditorias de sistemas de gestão ambiental são dadas, por exemplo, na NBR ISO 14011.

Para melhorar a consistência e a confiabilidade, é recomendado que se conduza a auditoria ambiental de acordo com metodologias e procedimentos sistemáticos, documentados e bem definidos. Para qualquer tipo de auditoria ambiental, é recomendado que as metodologias e procedimentos sejam consistentes. Os procedimentos de um tipo de auditoria ambiental diferem daqueles apropriados a outros somente no que for essencial para o caráter específico de um determinado tipo de auditoria ambiental.

4.5. Critérios, evidências e constatações de auditoria

É recomendado que a determinação dos critérios de auditoria seja uma etapa preliminar e essencial da auditoria ambiental. É recomendado que esses critérios, definidos com um grau de detalhamento apropriado, sejam objeto de acordo entre o auditor-líder e o cliente, e então comunicados ao auditado.

É recomendado que as informações apropriadas sejam coletadas, analisadas, interpretadas e documentadas para serem utilizadas como evidências de auditoria em um processo de exame e avaliação para determinar se os critérios de auditoria foram atendidos.

É recomendado que a qualidade e a quantidade das evidências de auditoria sejam tais que permitam a auditores ambientais competentes, trabalhando independentemente entre si, obter constatações similares na avaliação das mesmas evidências, em relação aos mesmos critérios de auditoria.

4.6. Confiabilidade das constatações e conclusões de auditoria

É recomendado que o processo de auditoria ambiental seja concebido para prover ao cliente e ao auditor os níveis desejados de confiabilidade das constatações e de quaisquer conclusões da auditoria.

As evidências coletadas durante uma auditoria ambiental constituem, inevitavelmente, apenas uma amostra das informações disponíveis, devendo-se isto, em parte, ao fato de ser a auditoria ambiental realizada durante um período de tempo limitado e com recursos limitados. Existe, portanto, um elemento de incerteza inerente a todas as auditorias ambientais, sendo recomendado que todos os usuários de resultados de auditorias ambientais estejam conscientes dessa incerteza.

É recomendado que o auditor ambiental considere as limitações associadas às evidências coletadas durante a auditoria e esteja consciente da incerteza no tocante às constatações e conclusões da auditoria, sendo recomendado levar estes fatores em consideração ao planejar e executar a auditoria.

É recomendado que o auditor ambiental se empenhe em obter evidências de auditorias suficientes, levando em consideração as constatações isoladas significativas e conjuntos de constatações menos significativas, que podem, ambas, afetar as conclusões da auditoria.

4.7. Relatório de auditoria

É recomendado que as constatações da auditoria e/ou um resumo destas, sejam enviadas ao cliente por meio de relatório escrito. A menos que tenha sido especificamente excluído pelo cliente, é recomendado que o auditado receba um exemplar do relatório de auditoria.

As informações relativas à auditoria que podem constar no relatório de auditoria incluem, mas não se limitam a

- a) identificação da organização auditada e do cliente;
- b) objetivos acordados e escopo de auditoria;
- c) critérios acordados em relação aos quais a auditoria foi realizada;
- d) período coberto pela auditoria e as datas nas quais a auditoria foi realizada;
- e) identificação dos membros da equipe de auditoria;
- f) identificação dos representantes do auditado que participam da auditoria;
- g) declaração sobre a natureza confidencial do conteúdo;
- h) lista de distribuição do relatório de auditoria;
- i) sumário do processo de auditoria, incluindo quaisquer obstáculos encontrados;
- j) conclusões da auditoria.

É recomendado que o auditor-líder, em acordo com o cliente, determine quais destes itens, juntamente com quaisquer itens adicionais, serão incluídos no relatório.

NOTA - Normalmente, é recomendado que seja responsabilidade do cliente ou do auditado determinar as ações corretivas necessárias para atender às constatações da auditoria. No entanto, o auditor pode apresentar recomendações, desde que haja acordo prévio com o cliente.

Anexo A

(informativo)

Bibliografia

- [1] NBR ISO 14001:1996, Sistemas de gestão ambiental - Especificação e diretrizes para uso.
- [2] NBR ISO 14011:1996, Diretrizes para auditoria ambiental - Procedimentos de auditoria - Auditoria de sistemas de gestão ambiental.
- [3] NBR ISO 14012:1996, Diretrizes para auditoria ambiental - Critérios de qualificação para auditores ambientais.
- [4] ISO 14050: -¹, Environmental management - Terms and definitions.

¹ A ser publicada